

Jornal da Água

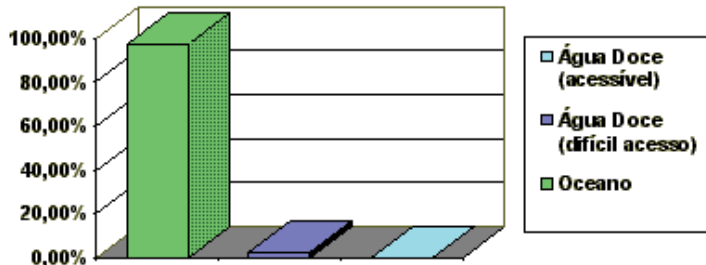
Informativo especial sobre o saneamento - Março/ 2009 - Número 6 - Distribuição Gratuita

22 de março: Dia Mundial da Água

A água é um bem essencial à vida na Terra. No entanto, apesar de dois terços do planeta serem constituídos de água, 97% são água do mar, 1,75% é gelo e 1,25% está em rios subterrâneos. Para o consumo de mais de seis bilhões de pessoas está disponível apenas 0,07% do total de água da Terra (veja no gráfico abaixo).

Soma-se a isto o despejo de lixo e esgoto sanitário nos rios. A pouca água que existe fica ainda mais comprometida.

Com o objetivo de chamar a atenção para a questão da escassez da água e, conseqüentemente, buscar soluções para o problema, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu em 1992 o Dia Mundial da Água: 22 de março. 💧



Fonte: World Resources Institute, ONU



A ameaça da privatização

Em virtude da pouca quantidade de água disponível, ela tem sido vista como um bem econômico e virou o grande negócio do século. É a lógica do hidronegócio: empresas multinacionais que disputam o controle das concessões do saneamento. Esse processo mundial tende a crescer na medida em que os recursos hídricos forem mais escassos.

Duas dessas multinacionais são as francesas Veolia Environnement (Vivendi) e o Grupo Suez. Mesmo

utilizando outros nomes (estratégia de marketing), essas empresas estão presentes em todos os continentes, inclusive na América do Sul.

A estratégia das empresas é vender a imagem de que o setor público é incapaz de realizar esse tipo de serviço com eficiência e que não dispõe de recursos para investir.

Em Santa Catarina, a porta de entrada da privatização é a municipalização, que ocorre a pretexto do vencimento dos contratos com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

(CASAN). Na ânsia privatista, muitas administrações municipais excluem a população da decisão e omitem suas negociações com empresas privadas.

Há muitos anos o **Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina (SINTAEMA-SC)** vem fazendo o alerta de que a municipalização tem sido o caminho da privatização e convoca a sociedade a resistir a esse processo. É preciso agir agora para evitar que a água vire mera fonte de lucro e troféu de guerras comerciais. 💧

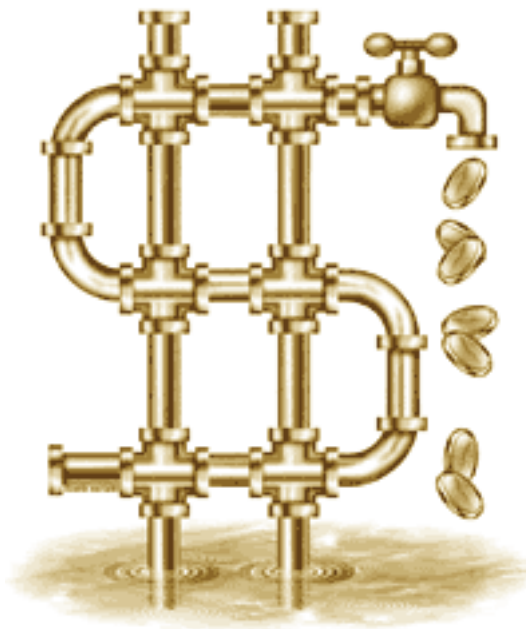
FECAM na contramão do saneamento

A Federação Catarinense de Municípios (FECAM) nos dias 29 e 30 de janeiro de 2009 realizou em Florianópolis um seminário com o objetivo de debater o saneamento básico perante a nova **lei federal 11.445**, que estabelece as novas diretrizes para o setor no país (leia mais sobre a lei 11.445 na página a seguir, nº 3).

Infelizmente, alguns palestrantes convidados pela FECAM procuraram induzir os gestores públicos dos municípios catarinenses a assumirem a prestação dos serviços de saneamento básico, inclusive aqueles que adotaram um novo contrato de gestão, **a gestão associada, transparente e competente**, até mesmo desqualificando tais decisões.

Decisões políticas equivocadas como esta adotada pela FECAM, neste momento,

não ajudam Santa Catarina a resolver o problema da coleta e do tratamento do esgoto sanitário. Muito pelo contrário, pode ser um grave retrocesso para o saneamento no



Estado. **Justamente no momento em que o Brasil e em especial Santa Catarina, estão retomando uma condição mais favorável para o saneamento, com o novo momento vivido pela CASAN.**

Investimentos significativos em parceria com o **Governo Federal (PAC)** e os recursos do **JBIC (banco japonês)**, que está em fase final de contratação, irá disponibilizar cerca de **US\$ 390 milhões de dólares para obras em saneamento básico**

em nosso Estado, além de várias outras linhas de crédito de outras instituições financeiras. Recursos estes que certamente revolucionarão a história do saneamento em Santa Catarina. 💧

Gestão Associada é a solução

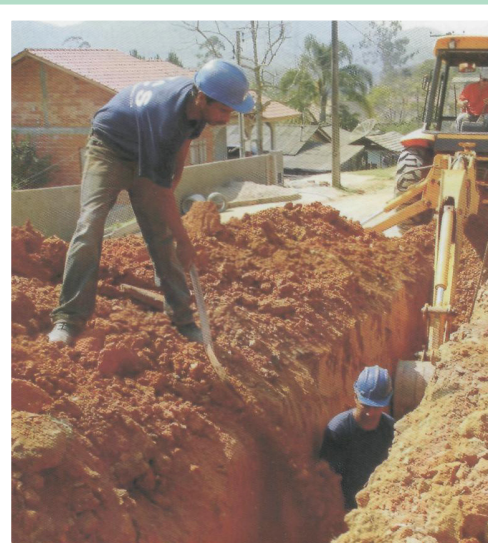
Os grandes municípios têm relativas facilidades em executar obras e operar os serviços de saneamento básico. Já a maioria dos municípios são de menor porte e não dispõe desta condição. Entretanto, na prática, a realidade é outra. Grandes municípios como Blumenau (que nunca pertenceu ao sistema CASAN), Lages, Itajaí, Tubarão, Joinville, Balneário Camboriú e Palhoça, que municipalizaram seus serviços há alguns anos, ainda não conseguiram realizar o milagre do saneamento.

Por outro lado, cidades como Florianópolis, Criciúma, Caçador, Chapecó, Rio do Sul, São Joaquim e Indaial, entre outras, são exemplos práticos de municípios que

agindo com responsabilidade e dentro da nova realidade do saneamento no Brasil, adotaram o **Modelo de Gestão Associada entre o Estado e Município** e rapidamente estão conseguindo resultados altamente positivos para os municípes. É evidente que a União e o Estado dispõem de maior capacidade de endividamento que os municípios, o que facilita a captação de recursos.

Entendemos que a resolução dos problemas de saneamento básico, passa por uma conjugação de esforços entre os entes federados, União, Estados e Municípios.

O modelo prevê a gestão pública



Obra de rede de esgoto em Indaial

com controle social: Estado e Municípios gerenciam o sistema e a população participa das decisões através dos Conselhos Municipais de Saneamento. 💧

Veja a situação de alguns sistemas municipalizados em SC

Itapema ⇨ O exemplo mais claro da privatização da água no estado. Municipalizou os serviços e assinou um contrato de concessão com a empresa Águas de Mato Grosso para os próximos 25 anos. A população não tem direito de exigir melhorias nos serviços porque sequer há controle municipal.

Itajaí ⇨ Os serviços foram municipalizados e terceirizados em 2003 e passados seis anos ainda não foi implantado o esgotamento sanitário na cidade.

Balneário Camboriú ⇨ Quando o sistema foi municipalizado (2005), tinha em torno de 80% de esgoto implantado e quase 100% de abastecimento (ou seja, não tinha justificativa para a municipalização). A empresa que assumiu o sistema foi a Enops (São Paulo).

Camboriú ⇨ Municipalizou em

2005, ignorando proposta de investimentos da CASAN para o esgoto. A prefeitura não implantou rede de esgoto, comprometendo a praia de Balneário Camboriú (que possui esgoto).

Timbó ⇨ O primeiro município a ter o sistema municipalizado no estado (município criou companhia municipal). Tem características socioeconômicas semelhantes a Indaial. No entanto, não assentou nenhum metro de rede de esgoto.

Joinville ⇨ Municipalizou em 2005 sob o pretexto de que faria investimentos com a arrecadação do sistema.

Tubarão ⇨ Sistema municipalizado em 2006, rejeitando proposta de investimentos da CASAN para instalar sistema de esgoto. Os serviços foram entregues à Enops.

Fraiburgo ⇨ Municipalizou o sistema em 2004. Não houve investi-

mento nos últimos cinco anos.

Içara ⇨ Recebeu investimentos em abastecimento e municipalizou em 2006, ignorando proposta da CASAN em promover melhorias no esgoto.

Lages ⇨ Municipalizou em 2004 com 80% da obra de esgoto realizada pela CASAN e hoje não concluiu e nem ampliou o sistema.

Palhoça ⇨ Quando o sistema passou para as mãos da Águas de Palhoça em 2007 foi prometida a implantação de esgotos nas comunidades. No entanto, na prática, não foi instalado nem um metro sequer de esgoto na cidade.

O prefeito de Palhoça é o atual presidente da FECAM, entidade que realizou evento recentemente induzindo os prefeitos catarinenses a municipalizar os serviços de água e esgoto em suas cidades.

Coincidência? 💧

Lei Nacional de Saneamento n° 11.445

Após 20 anos de tramitação na Câmara dos Deputados, a lei n° 11.445 foi sancionada em 5 de janeiro de 2007 pelo presidente Lula e entrou em vigência no dia 22/02/2007.

O Brasil acompanhou anos de retrocesso no que diz respeito ao saneamento. Com a implantação da Política Nacional de Saneamento Ambiental milhares de pessoas poderão viver em condições mais dignas e com qualidade de vida. A medida que regula o setor, cria reais condições de desenvolvimento, através de financiamentos e recursos. Facilita o acesso aos serviços de água e esgoto à população mais carente, mas ainda temos um longo caminho a percorrer. Esta medida é o início de um novo tempo para o saneamento.

Principais pontos

Pontos relevantes como a fiscalização, o planejamento e a participação social também foram contemplados, mas precisa avançar no sentido dos conselhos serem deliberativos. Foram definidos o papel do operador público dos serviços, o responsável pelo planejamento e expansão, além da regulação sobre a qualidade dos serviços, bem como o atendimento. Prevê controle social por meio de conselhos nos Municípios, Estados e União, juntamente com representantes da sociedade civil.

A universalização dos serviços é a principal meta. Com a criação de fundos de investimentos são fundamentais nesse processo para que o saneamento básico chegue a todas as casas dos trabalhadores/as do nosso país. 💧

Exigências da Lei

- ▶ Fundo Municipal/Estadual de Saneamento;
- ▶ Conselhos Municipais;
- ▶ Planos Municipais de Saneamento com audiência pública;
- ▶ Aplicabilidade da lei (questões legais);
- ▶ Contratos precários assinados até 21/02/2007 tem até 2010 para se readequar;
- ▶ Os novos contratos e os vencidos após 22/02/2007 tem parâmetros;
- ▶ Indenização do patrimônio.

Saneamento é saúde pública. Saúde é um dever do Estado.

Fatos que comprovam a importância do saneamento:

◆ Cerca de 80% do esgoto produzido no país não recebe nenhum tipo de tratamento e é despejado em lagos, rios, mares e mananciais;

◆ Apenas 49,4% da população brasileira têm acesso à rede de coleta de esgoto;

◆ Na última década, cerca de 700 mil internações hospitalares ao ano foram causadas por doenças relacionadas à falta ou inadequação de saneamento;

◆ 65% das internações em hospitais de crianças com menos de 10 anos são provocadas por males originados da deficiência ou da inexistência de esgoto e água limpa;

◆ Sete crianças morrem

todo dia no país em decorrência de diarreia. Por ano, são mais de 2.500 crianças menores de cinco anos vítimas da doença que prolifera em áreas sem saneamento básico



◆ Os gastos anuais do Sistema Único de Saúde (SUS) com o tratamento de doenças ligadas à falta de higiene chegam a R\$ 300 milhões;

◆ Cada R\$ 1 investido em saneamento gera economia de

R\$ 4 na área de saúde;

◆ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal no início de 2007, prevê gastos na ordem de R\$ 40 bilhões na área de saneamento até 2010, o que viabilizaria os investimentos exigidos pela universalização do saneamento durante o período de sua implementação;

◆ R\$ 1 milhão investido em obras de esgoto sanitário gera 30 empregos diretos e 20 indiretos, além de empregos permanentes quando o sistema entre em operação.

Dados do Ministério da Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS); Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES); Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Água é vida! Privatizá-la é crime!